

COMPLIANCE ZERO

Novas regras para o FGC no próximo ano

Mudanças, segundo analistas, precisam ser melhoradas

» ROSANA HESSEL

Após o Banco de Brasília (BRB) anunciar a intenção de compra do Banco Master, em março deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu, no início de agosto, mudar as regras de captação de recursos protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) que vão começar a valer a partir de junho de 2026.

De acordo com um ex-diretor do Banco Central que pediu anonimato, essas novas regras são direcionadas a bancos menores e ainda não são suficientes para melhorar a fiscalização do sistema. Segundo ele, os grandes bancos não estão satisfeitos com as perdas bilionárias do FGC.

As fraudes do Master provocaram o maior rombo da história para o Fundo, de R\$ 41 bilhões — que estão provisionados para o pagamento aos clientes e investidores, respeitando o limite de R\$ 250 mil por CPF. Contudo, esse valor pode chegar a R\$ 49 bilhões, segundo dados do FGC, que aguarda a listagem dos credores do banco e das subsidiárias liquidadas pelo BC na semana passada.

A nova resolução do CMN prevê, por exemplo, um limite menor para os bancos captarem recursos com a garantia do FGC, que passará de 75% das captações de referência, para 60%. Além disso, a contribuição mensal dos bancos associados, de 0,01%, passará para 0,02%, resultando em um maior custo para as instituições.

O objetivo das novas regras, segundo especialistas, é dificultar operações de bancos muito alavancados, como era o caso do banco Master, que tinha um passivo muito acima do recomendável do patrimônio líquido, muito acima do limite previsto pelo Banco Central, de 10,5% a 13% do patrimônio de referência. Em março deste ano, o patrimônio líquido (PL) era R\$ 3,2 bilhões e o passivo exigível (descontado o PL), 26 vezes maior. "Bancos sólidos possuem alavancagem baixa, em torno de 10% do patrimônio, e, por isso, não têm problemas como os do Master e dificilmente vão precisar de um socorro do FGC", destacou Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).



RAÚL VELLOSO

PENSO QUE, DESDE ALGUM TEMPO, ESTAMOS INSERIDOS EM UMA ARMADILHA DE BAIXO CRESCIMENTO DA ECONOMIA, QUE SE EXPLICA PELA SEGUINTE SEQUÊNCIA DE RACIOCÍNIO, E QUE PRECISA SER ATACADA DE FRENTE PELOS ENTES GOVERNAMENTAIS SOB PENA DE CONTINUARMOS EM UMA TENDÊNCIA À DETERIORAÇÃO DAQUI PARA A FRENTE

Para os empregos crescerem mais no Brasil

Conforme dei a entender em minha última coluna neste jornal, em 11/11, penso que as autoridades que dirigem nosso país precisam se conscientizar urgentemente de que a economia brasileira está presa, há algum tempo, em uma armadilha de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e, portanto, do emprego, algo que exige um ataque frontal e específico, sob pena de a oferta de empregos não crescer mínima e satisfatoriamente com vistas a atender às necessidades de nossa população nesse particular. Como entender, e depois romper, essa armadilha desastrosa? Esse é o tema básico por trás deste e de vários outros artigos que tenho escrito ultimamente e sobre que pretendo continuar a escrever.

Na verdade, havia uma época (digamos, de uns tempos atrás até 1996) em que o PIB brasileiro crescia a taxas médias reais relativamente elevadas, em termos mundiais, conforme o subperíodo considerado, algo que servia para ampliar satisfatoriamente a oferta de empregos por aqui. Já, de 1997 a 2024, e, para médias móveis dos últimos 10 anos, o crescimento do nosso PIB desabou, primeiro, para algo entre 1,7% e 4% ao ano, entre 2000 e 2014, e depois, seguindo, até alcançar 0,5%, em 2024, algo obviamente cada vez mais preocupante.

Penso que, desde algum tempo, estamos inseridos em uma armadilha de baixo crescimento da economia, que se explica pela seguinte sequência de raciocínio, e que precisa ser atacada de frente pelos entes governamentais sob pena de continuarmos em uma tendência à deterioração daqui para a frente. Primeiro, porque pouquíssimos são aqueles que notaram isso direito, mas um grau de envelhecimento cada vez mais rápido e, portanto, preocupante, da nossa população, tem marcado o nosso país, progressiva e rapidamente, desde meados dos anos 1950, até o momento atual – bem acima do que ocorria, ao mesmo tempo, na Europa e nos Estados Unidos, durante o mesmo período. Daí a uma forte pressão altista sobre os gastos previdenciários ter sido apenas um passo, particularmente nos orçamentos públicos, afetando tais contas específicas com toda a força.

O grande drama dessa narrativa é que, para o necessário ajuste orçamentário dos entes públicos, existe, basicamente, apenas uma opção minimamente viável politicamente – a de reduzir a conta do investimento em infraestrutura, ainda que isso provoque reações contrárias aqui e ali. Se não, vejamos. Educação e Saúde são áreas óbvias para não ajustar, e que têm, inclusive, gastos

constitucionalmente “vinculados” aos percentuais fixos das receitas públicas. Pessoal ativo é outro item extremamente rígido, diante do forte lobby contrário a qualquer iniciativa de ajuste nesse tipo de item -- oriunda dos segmentos afetados (ou seja, os servidores públicos, em geral, e seus representantes), onde reinam institutos poderosos anti-ajuste, como o da estabilidade no emprego.

Por outro lado, nem todos pensam assim, mas como qualquer um que pense um pouco mais sobre o assunto, perceberá que ajustar sistematicamente os investimentos em infraestrutura para baixo implicará, basicamente, reduzir correspondente a nossa capacidade de fazer a economia crescer a taxas minimamente razoáveis. E aí, como explicar à população que estamos caminhando para a tendência natural de gerar progressivamente cada vez menos novos empregos? Em minha próxima coluna explicarei em maior detalhe a única solução efetivamente promissora e viável a curto prazo, o que se costuma denominar “equacionamento previdenciário”, ou a busca da zeração dos passivos atuariais dos regimes previdenciários existentes mediante o aporte de ativos de propriedade dos entes públicos aos respectivos fundos de Previdência.

Orcamento: contenção de R\$ 7,7 bi para cumprir o piso da meta

A equipe econômica passou a prever um contingenciamento de R\$ 3,3 bilhões neste ano, principalmente devido à compensação de R\$ 3 bilhões de prejuízos das estatais federais, como os Correios. Após o desbloqueio e cancelamento de algumas despesas, a contenção de gastos passou de R\$ 12,1 bilhões, no bimestre anterior, para R\$ 4,4 bilhões. Apesar dos abatimentos de R\$ 44,5 bilhões, para cumprir o piso da meta fiscal, que permite um rombo fiscal de até R\$ 31 bilhões, a contenção de gastos passou para R\$ 7,7 bilhões, conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre do ano, apresentado por técnicos do governo ontem. (RH)



OS AVANÇOS DO NORDESTE

em prol de uma região forte, integrada e competitiva

O Nordeste brasileiro vive um novo ciclo de transformação.

Líder em energia renováveis, tecnologia, agricultura sustentável e economia criativa, a região segue avançando com a força de um povo resiliente, empreendedor e visionário.

Nesse contexto, o Correio Braziliense, com o apoio do Banco do Nordeste, promove um seminário com um espaço de reflexão, articulação e celebração dos avanços alcançados, bem como um fórum para discutir os caminhos futuros.



Inscrições gratuitas!
Acompanhe o evento presencialmente.

04/12

a partir das 8h30

auditório do Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340

Apoio:



Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands